



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000372113

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Execução Penal nº 0001704-66.2025.8.26.0521, da Comarca de Sorocaba, em que é agravante CARINO MAMANTE DE CAMPO, é agravado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 5ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CLAUDIA FONSECA FANUCCHI (Presidente) E MAURICIO HENRIQUE GUIMARÃES PEREIRA.

São Paulo, 15 de abril de 2025.

GERALDO WOHLERS

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Voto nº 49.781

Relator: **Desembargador** Geraldo Wohlers

Agravo nº 0001704-66.2025.8.26.0521, Comarca de Sorocaba

Agravante: **Justiça Pública**

Agravado: **Carino Mamante de Campo**

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO DEFERIDA. RECURSO INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO PRETENDENDO A SUBMISSÃO DO REEDUCANDO A EXAME CRIMINOLÓGICO.

A Lei nº 14.843, de 11 de abril de 2024, conferindo nova redação ao § 1º do artigo 112 da Lei de Execução Penal, tornou a determinar a submissão de todos os sentenciados a estudo por equipe interdisciplinar.

PROVIMENTO.

Vistos, etc...

1. **Carino Mamante de Campo**, condenado a uma pena total de 8 (oito) anos, 7 (sete) meses e 28 (vinte e oito) dias de reclusão, requereu que lhe fosse deferida

progressão para o regime semiaberto, uma vez que, segundo alega, satisfaria a todos os requisitos a tanto exigidos.

Deferida a promoção pela r. decisão de fls. 24/6, exarada pela Exma. Juíza de Direito Dr.^a Daniella Camberlingo Querobim, da E. Unidade Regional de Sorocaba do Departamento Estadual de Execução Criminal, interpõe a Justiça Pública, tempestivamente (fls. 01 e 26), o presente *Agravo*. Postula a exequente a reversão do desfecho *“a fim de que o agravado seja submetido ao Exame Criminológico para devida análise em relação ao requisito subjetivo necessário para progressão de regime prisional”* (razões a fls. 02/10).

O recurso foi respondido a fls. 39/42, anexando-se a fls. 43 o juízo de retratação, negativo. Parecer a fls. 53/4.

É o relatório.

2. Pesem, não obstante, os doutos fundamentos que vêm expostos na decisão monocrática, a que se somaram cuidadosas alegações contidas na contraminuta recursal, não merece subsistir a r. sentença agravada.

O término de vivência carcerária está previsto para o longínquo mês de maio de **2032** (fls. 15), sendo temerário permitir que, sem a coleta de alvitres qualificados, autor de **roubo bi-majorado** (idem) permaneça cerca de sete anos nos regimes mais suaves de cumprimento de pena. O semiaberto é, desgraçadamente, propício a evasões, o que implica em analisar com muito rigor os pressupostos para a progressão. A experiência no trato das questões penitenciárias indica ser

incontroverso que o estágio intermediário, na atualidade e segundo a política pública desenvolvida pelo órgão competente do Poder Executivo, praticamente não é dotado de vigilância, assemelhando-se, em tudo e por tudo, ao modelo teórico de regime ABERTO.

3. Atento a tal realidade, o legislador, que em 2003 suprimira a obrigatoriedade do exame criminológico para a progressão de regime, recentemente voltou a exigí-lo.

A Lei nº 14.843, de 11 de abril de 2024, conferindo nova redação ao § 1º do artigo 112 da Lei de Execução Penal, passou a estabelecer que, ***“em todos os casos, o apenado somente terá direito à progressão de regime se ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento, e pelos resultados do exame criminológico, respeitadas as normas que vedam a progressão”*** (destacamos).

4. Chega-se assim à conclusão de que **Carino**, protagonista de crime de especial gravidade, deve ser melhor observado antes de galgar regime brando - e nada melhor para examiná-lo, inclusive com anamnese e prognósticos clínicos, do que estudo por equipe interdisciplinar, tal como agora determina o artigo 112, § 1º, da Lei nº 7.210/84.

5. Nestas condições, pelo meu voto, **dou provimento** ao agravo ministerial para que, declarando o requisito objetivo como satisfeito, retorne o penitente ao regime fechado, onde aguardará **pronta providência** do E. Juízo da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Execução no sentido de **mandar examiná-lo por equipe interdisciplinar**, após o que a nova sentença se dará ensejo.

Comunique-se a presente deliberação ao E. Juízo monocrático no prazo de cinco dias (artigo 251 do Regimento Interno desta Augusta Corte).

Geraldo Wohlers

Relator